

**“PARA FORMAR O VIVEIRO DE BONS MARINHEIROS”:
AS COMPANHIAS DE APRENDIZES MARINHEIROS
DA PARAHYBA E DO RIO GRANDE DO NORTE (1871-1890)**

**SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos (Brasil, Rio Grande do Norte, Natal)^{1*};
CURY, Cláudia Engler (Brasil, Paraíba, João Pessoa)^{2**}**

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte

²Universidade Federal da Paraíba

<https://orcid.org/0000-0003-0015-415X>*

<https://orcid.org/0000-0003-2540-2949>**

RESUMO

Com inspiração em modelos de países como Inglaterra, França e Rússia, foram criadas companhias para aprendizes marinheiros no Brasil. A primeira foi instituída em 1840 na Corte. Em 1871, foi criada a Companhia de Aprendizes Marinheiros na província da Parahyba e em 1873 na província do Rio Grande do Norte. Discutem-se aqui as condições de criação desses espaços educacionais nas duas províncias e a constituição de um currículo escolar pretendido para a

formação daqueles jovens. Para além das disciplinas, interessa apreender as práticas educativas prescritas para a organização do cotidiano escolar e as formas de controle dos corpos que deveriam ser instruídos e disciplinados. Metodologicamente analisam-se os relatórios de presidente de província e de ministros da marinha, espaço em que circulou a proposta de “formar bons marinheiros e uma educação proveitosa às crianças expostas aos vícios e à miséria”.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo escolar. Práticas educativas. Companhia de Aprendizes Marinheiros.

**“FORMING THE NURSERY OF GOOD SAILORS”: THE COMPANIES OF SEAMEN
APPRENTICES IN PARAHYBA AND RIO GRANDE DO NORTE (1871-1890)**

ABSTRACT

Inspired by models from countries such as England, France and Russia, companies were created for sailors apprentices in Brazil. The first was instituted in 1840 at the Court. In 1871, the Company of Seamen Sailors was created in the province of Parahyba and in 1873 in the province of Rio Grande do Norte. We discuss here the conditions of creation of these educational spaces in the two provinces and the constitution of a school curriculum intended for the formation of those young people. Beyond the

disciplines, it is important to understand the educational practices prescribed for the organization of daily school life and the ways of controlling the bodies that should be instructed and disciplined. Methodologically, the reports of the provincial president and ministers of the navy are analyzed, a space in which the proposal to “train good sailors and a profitable education for children exposed to vices and misery” was circulated.

KEYWORDS: School curriculum. Educational practices. Company of Seamen Apprentices.

**“PARA FORMAR EL VIVERO DE BUENOS MARINEROS”:
LAS COMPAÑÍAS DE APRENDICES MARINEROS DE LA PARAHYBA
Y DEL RIO GRANDE DO NORTE (1871-1890)**

RESUMEN

Con inspiración en modelos de países como Inglaterra, Francia y Rusia, se crearon compañías para aprendices marineros en Brasil. La primera fue instituída en 1840 en la Corte. En 1871, se creó la Compañía de Aprendices Marineros en la provincia de Parahyba y en 1873 en la provincia de Rio Grande do Norte. Se discuten aquí las condiciones de creación de esos espacios educativos en las dos provincias y la constitución de un currículo escolar pretendido para la formación de aquellos jóvenes.

Además de las asignaturas, interesa aprehender las prácticas educativas prescritas para la organización del cotidiano escolar y las formas de control de los cuerpos que deberían ser instruídos y disciplinados. Metodológicamente se analizan los informes de presidente de provincia y de ministros de marina, espacio en el que circuló la propuesta de “formar buenos marineros y una educación provechosa a los niños expuestos a los vicios y la miseria”.

PALABRAS CLAVE: Escuela de estudios. Práticas educativas. Compañía de Aprendices Marineros.

1 INTRODUÇÃO

Era o quinto dia do último mês do ano de 1871 quando a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Parahyba recebeu o ofício, por parte do Chefe de Polícia, comunicando da ordem de recebimento do adolescente Manoel Alexandre, “[...] filho legítimo dos finados Miguel Alexandre e Joana Gomes” (PARAÍBA, 1871, p. 43). Manoel era natural da província da Parahyba, porém não foi possível precisar em qual cidade nascera. Acreditamos que, devido à morte de seus pais, algumas informações foram perdidas. O adolescente possuía entre 15 e 16 anos, cor de pele parda, cabelos castanhos e olhos da mesma cor da pele, parda. Por ocasião de sua chegada, “[...] recebeu ao assentar o seguinte fardamento: boina, uma; camisa de brim, uma; calça de brim, uma; calção de marinheiro, um; farda, uma; lenço de seda, um; maca, uma; manta, uma; sapatos, um par; saco, um”, além de “[...] uma calça de ganzá azul, uma camisa de ganzá azul e fita preta para boina” (PARAÍBA, 1871, p. 43). As informações contidas na ficha individual do aprendiz Manoel Alexandre são parcas. Sabe-se que se manteve na Companhia por um prazo de quatro semestres. As anotações em sua ficha revelam sua permanência nos interstícios de janeiro a julho de 1872; de agosto a dezembro de 1872; de janeiro a junho de 1873; e de agosto a dezembro de 1873, sendo seu soldo referente a esse último semestre pago apenas na data de 15 de janeiro de 1874. Contudo, no dia 20 de abril de 1874, foi anotado em sua ficha o encerramento de sua estada nessa instituição sob a seguinte alegação: “Dezertou”.

Pouco mais de um ano após o envio de Manoel Alexandre à Companhia de Aprendizes Marinheiros da Parahyba, teve início o debate sobre a fundação dessa instituição militar na província mais ao norte da Paraíba, o Rio Grande do Norte. Em 1872, edificou-se “[...] uma casa coberta de telha, construída de tijolos e cal, com 59 palmos de frente para o lado do nascente e 51 de fundo para o lado do poente, na margem direita do rio Potengy no lugar denominado Ribeira” (BRASIL, 1872), passando a servir de abrigo para escaleres da província. Tinha corpo a arquitetura que havia cedido para funcionamento da Companhia a partir do ano de 1873.

Nascidas com um ano de diferença, as Companhias de Aprendizes Marinheiros da Parahyba (1871) e do Rio Grande do Norte (1872)¹ possuem suas histórias bastante próximas. Sofreram dos mesmos problemas, amarguraram crises, clamaram socorros, anotaram seus cotidianos, gravaram suas memórias, fecharam suas portas. Suas documentações são as mais diversas, vão desde os *Relatórios de presidente de província*, passando pelos *Relatórios de ministro da marinha*, pelas notícias de jornais em circulação à época, chegando aos documentos da Companhia/Escola, como os *Livros de socorros*² e os *Livros de cópia de ofícios*. A depender da província, a documentação é irregular em relação às duas províncias, por exemplo, enquanto o *Relatório de presidente de província do Rio Grande do Norte* está recheado de informações sobre a referida Companhia, o mesmo tipo de documento silenciou sobre a Parahyba do Norte. De outro lado, os relatórios da Marinha asseguraram informações sobre as duas instituições. Já os *Livros de socorros* só foram identificados ao longo do século XIX para a Companhia da Parahyba.

Assim, este texto possui por *objetivo* principal apreender os primórdios da implantação das Companhias de Aprendizes Marinheiros nas províncias da Parahyba e do Rio Grande do Norte, sempre que possível comparando-as, colocando as informações sobre suspeição, problematizando-as. Para tanto, lançamos sobre as fontes citadas o olhar de historiadores ávidos por preencher os possíveis vazios existentes sobre a história desses estabelecimentos educativos.

Por “primórdios”, entendemos a capacidade de “[...] identificar os eventos históricos, seus solavancos, suas surpresas, suas vitórias instáveis e suas intragáveis derrotas – a base de todos os começos, atavismos e hereditariedades” (FOUCAULT, 2009, p. 144-145). Esses primeiros acontecimentos relativos à configuração dessas instituições seriam aqueles que Arlete Farge (2015, p. 71) chamou de um fragmento da realidade percebida, que não tem nenhuma outra unidade além do nome que se lhe dá. Sua chegada no tempo “[...] é imediatamente partilhada por aqueles que o recebem, o

¹ Faz-se necessário informar ao leitor que as Companhias foram criadas num ano e passaram a funcionar no ano seguinte, a saber: a Companhia da Parahyba do Norte foi criada em 1871 e teve seu funcionamento a partir de 1872; a Companhia do Rio Grande do Norte foi criada em 1872 e teve seu funcionamento a partir de 1873.

² A documentação das *Companhias de Aprendizes Marinheiros* está disponível para consulta no *Arquivo da Marinha do Brasil* com sede na cidade do Rio de Janeiro, a quem agradecemos a oportunidade de acesso ao seu acervo.

veem, ouvem falar dele, o anunciam e depois o guardam em memória”. Debruçamo-nos sobre os farrapos de sua existência, dos pedaços de tempo e de ação postos em pedaços. Discursos sobre acontecimentos, sobre “começos” encontrados como testemunhos desentocados dos arquivos. Assim, escolhemos acontecimentos, selecionamos as falas sobre os acontecimentos e construímos outro acontecimento: este texto.

2 SOBRE AS COMPANHIAS DE APRENDIZES MARINHEIROS NO BRASIL

As Companhias de Aprendizes Marinheiros foram criadas no Brasil na década de 1840, como uma tentativa de fortalecer a Marinha de Guerra do Brasil. Essa instituição possuía caráter educativo. De acordo com Francisco (2018, p. 19, grifo do original), funcionava no:

[...] sistema de internato e obtinha seus menores através das matrículas realizadas voluntariamente, executadas a partir de premiações a pais e/ou tutores, ou entregues aos cuidados das *Companhias de Aprendizes Marinheiros* por delegados das províncias ou pelos Juizes de Órfãos.

Era vista pela Marinha do Brasil como “[...] o viveiro de corpo de imperiaes marinheiros” (BRASIL, 1870, p. 15), lugar onde seriam formados e constituídos os novos homens do mar; lugar de rígida disciplina. Acreditamos que uma das funções dessa escola era trazê-los para seu interior e adestrar³ crianças tanto no que concerne à educação daquelas enviadas pelos pais – fato raro nas Companhias da Parahyba e do Rio Grande do Norte – como daquelas crianças desvalidas, sem casa, sem família, em condição de vulnerabilidade, realizando uma higienização de possíveis delinquentes e vadios nas ruas das vilas e cidades do período, uma espécie de combate à marginalidade.

Nessas companhias, acreditavam seus idealizadores, as crianças e jovens teriam o primeiro contato com a vida de marinheiro, aprenderiam sobre as letras, sobre as normas e sobre a vida no mar. Completados os anos necessários, ou seja, a primeira formatura, que acontecia quando esse menor completasse 17 anos, seriam “[...]

³ Para Foucault (2009), o adestramento contém no núcleo da questão a “docilidade”, ou seja, tornar o corpo como objeto de manipulação. Docilizar os corpos, nada mais era que controlar ou manter o controle, forjar, dominar, de tal forma que se pudesse extrair dele, o corpo, forças antagônicas, que, se docilizadas da maneira correta, fariam do indivíduo e de seu corpo manipulado obras da obediência e da disciplina.

encaminhados à Companhia de Imperiais Marinheiros, que tinha sua sede na Corte, no Rio de Janeiro” (BRASIL, 1870, p. 15).

Também era na Corte que estava situada a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros. Posteriormente passaram a se espalhar por todo o território nacional, em detrimento da necessidade de aumento de pessoal para a Armada Nacional. No entanto, é importante observar alguns aspectos interessantes, conforme trecho a seguir: “[...] a primeira companhia desse nome foi instituída em 1840, tendo quartel na corte; a segunda não foi criada na província do Pará senão 15 anos depois” (BRASIL, 1871, p. 18). Houve um espaço de tempo relativamente longo entre a construção da primeira e da segunda Companhia.

Embora tenham sido criadas com uma finalidade tal e com certa urgência para o crescimento da Marinha de Guerra, o atraso entre a abertura da primeira Companhia e a segunda na província do Pará acabou por trazer diversos prejuízos, segundo entendimento dos documentos oficiais, “[...] por isso que o corpo de imperiaes marinheiros deixou de receber regularmente os supprimentos indispensaveis para sustentar o seu estado effectivo” (BRASIL, 1871, p. 18). A partir do ano de 1840 e espalhando-se pela costa brasileira, as referidas Companhias acabaram por chegar a décadas posteriores em algumas províncias, como foi o caso das províncias que estamos estudando.

O Relatório da Marinha do ano de 1870 fez a primeira menção à Companhia de Aprendizes Marinheiros da província da Parahyba do Norte: “Existem actualmente dez companhias, exceptuando as creadas nas províncias da Parahyba e do Amazonas, pelos decretos ns. 4680 e 4681 de 17 de janeiro, que ainda não foram montadas”. Um ano antes de seu funcionamento, já estava na pauta da Marinha do Brasil a criação de uma companhia na Paraíba, efetivando-se em 17 de janeiro de 1871, com a publicação do Decreto n. 4.680, de 17 de janeiro de 1871:

Crêa uma companhia de aprendizes marinheiros na provincia da Parahyba. Hei por bem, usando da autorisação dada pelo art. 3.º da Lei n. 1805, de 12 de agosto do anno proximo findo, crear uma companhia de aprendizes marinheiros na provincia da Parahyba, conforme o regulamento, que baixou como o decreto n. 1517, de 4 de janeiro de 1855, para outra igual companhia na provincia do Pará. Luiz Antonio Pereira Franco, do meu conselho, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha, assim o tenha estendido e faça executar - Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1871, 50º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Magestade, o Imperador. (BRASIL, 1871).

Começo festejado pela Marinha do Brasil sob a alegação de que “[...] finalmente por decretos ns. 4680 e 4681 de 17 de Janeiro do anno passado foram creadas as companhias de aprendizes marinheiros das provincias da Parahyba e do Amazonas, responsáveis por arregimentar o viveiro de corpos para a nação” (MARINHA, 1872). A Companhia sediada na cidade da Paraíba desde a sua criação oficial passou a fazer parte dos quadros de solicitações das províncias ao governo central. Dentre as primeiras reivindicações para essa companhia, consta a solicitação de capelães, pois “[...] a instrucção primaria e educação moral dos aprendizes exigia a direcção effectiva de pessoa recommendavel para tão importante mister. Determinei, pois, que todas as Companhias tivessem Capellães” (MARINHA, 1871), fazendo com que a “[...] providencia está sendo executada, de modo que na presente data não estão providos aquelles lugares sómente nas provincias do Amazonas, Pará, Parahyba, Santa Catharina e Rio Grande do Sul” (MARINHA, 1871); ou mesmo da necessidade de instrumentos fundamentais para sua instrucção profissional: “Carecem ainda de embarcações especiaes para exercicios as Companhias do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, S. Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul” (MARINHA, 1873).

A Companhia do Rio Grande do Norte entrou para a estatística – e preocupação – da Marinha do Brasil em 1872. De acordo com o Relatório da Marinha do Brasil de 1871, foi decretada a construção de companhias nas províncias que ainda não as possuíam. Vejamos o documento:

Autorisado para crear companhias nas provincias marítimas que ainda as não tem (art. 4º, § 20, Lei n. 1997, de 19 de Agosto de 1871), não julguei conveniente expedir as ordens necessarias para semelhante fim, com relação a das Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauhy, emquanto não obtiver informações exactas, que justifiquem as despesas inevitaveis com o aquartelamento e com o pessoal de direcção e serviço dos menores. (BRASIL, 1871, grifo nosso).

Apesar da autorização acima indicada, no caso do Rio Grande do Norte a criação não havia se concretizado, a justificativa foi a de que era preciso: “[...] obter informações exactas, que justifiquem as despesas inevitaveis com o aquartelamento e com o pessoal de direcção e serviço dos menores”. O documento deixa claro ainda que os custos utilizados para a manutenção das Companhias de Aprendizes Marinheiros ficavam, em parte, a cargo das províncias, pois só seriam contempladas com a autorização de sua criação em caso de haver recursos locais para investimento. Assim,

acreditamos que a informação justificando a contrapartida da província do Rio Grande do Norte foi enviada à Corte no ano seguinte, pois em 16 de dezembro de 1872 foi baixado o Decreto n. 5181, alegando que:

[...] crea uma Companhia de Aprendizizes Marinheiros na provincia do Rio-Grande do Norte usando da autorisação a que se refere o § 2º do art. 4º da Lei n. 1997, de 19 de Agosto do anno proximo preterito, hei por bem crear na provincia de Rio-Grande do Norte uma Companhia de Aprendizizes Marinheiros, sendo o respectivo serviço regulado pelas disposições do Decreto n. 1517, de 4 de Janeiro de 1855, actualmente em vigor para igual Companhia na provincia do Pará. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Dezembro de 1872, 31ª da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de sua Magestade, o Imperador. (MARINHA, 1872).

Ficavam publicados os decretos de criação das companhias nas duas províncias. Após essa etapa, restavam os desafios postos à maioria dessas instituições: conseguir recrutar aprendizes, disseminar sua identidade, formá-los marinheiros, dialogar com os poderes públicos, edificar seus prédios. Talvez o maior desafio enfrentado por essas companhias foi o de arregimentar alunos para seu interior. Muitos deles, pelo que pudemos perceber pela interpretação dos documentos, foram conquistados “no laço”, à força de justiça, sob o envio por parte do juiz de órfãos ou dos delegados de polícia. Mesmo com essa forma de arregimentar, vale ressaltar que os números de aprendizes sempre foram poucos e apresentaram pequenas oscilações.

3 SOBRE A QUESTÃO DO QUANTITATIVO DOS APRENDIZES

[...] conta actualmente 76 menores, dos quaes 57 foram apresentados pelo ex-chefe de policia, Dr. José Antonio Corrêa da Silva, a quem devo reconhecer mais este serviço prestado á provincia. Apesar da excellencia desta instituição, onde os pais e tutores encontram um asylo seguro para os seus filhos e tutelados, tem havido difficuldade em completar o numero necessário á formação da companhia. Não é isto, porém, desanimador, nem constitue excepção para esta provincia. Ha outras companhias mais antigas e em provincias mais populosas em que persiste a mesma difficuldade e que não poderam se quer attingir ao numero de menores que obteve esta em menos de um anno. Expedi circulares aos juizes de orphãos instando pela remessa de menores desvalidos e demonstrando-lhes a conveniencia de alistal-os na companhia, onde, a par da educação, habilitam-se a ser uteis a si e ao estado. Apenas o juiz do orphãos desta capital remetteo 1 menor. Entretanto é sabido que em todos os termos da provincia existem menores em desamparo, entregues á ociosidade e sem receberem educação, os quaes mais tarde vêm a ser cidadãos inuteis e muitas vezes perigosos á sociedade. (RPP, 1874, p. 39-40, grifos nossos).

Era bastante comum em quase todas as províncias onde havia as Companhias de Aprendizes Marinheiros menores serem capturados e enviados à instituição pelos delegados de polícia e por outras autoridades. Outros fatores podem ser considerados relevantes em relação ao aspecto do não preenchimento de pessoal ou à dificuldade de se alcançar tal fim. Alguns deles foram descritos por Rozenilda Castro (2013): o envio dos menores à Corte; o envio de menores à Corte por motivo de punição; o relacionado às fugas dos menores; e, por fim, o fator atrelado às mortes dos menores no interior das próprias companhias, motivadas por moléstias diversas e/ou epidemias. Além dessas, acrescentamos mais algumas: o fato de as famílias não quererem enviar seus filhos sob a alegação de que dividiriam o mesmo espaço e teriam a mesma educação que os desvalidos, esses últimos muitas vezes marginalizados e acusados de terem procedimentos ilícitos. Os próprios desvalidos, conforme documentação consultada, não queriam ser capturados e levados à força para as companhias porque sabiam que ali seriam submetidos à disciplina e aos modelos de educação vigentes nesses espaços. Talvez a falta de atrativos e/ou razões para convencer os menores desvalidos num momento em que o sentimento de nacionalidade parecia estar preso aos muros das instituições.

Ainda de acordo com o documento supracitado, parece haver uma transferência de responsabilidade, pois existiam “outras companhias mais antigas e em províncias mais populosas em que persistia a mesma dificuldade”. Na verdade, entendemos que esse trecho disposto no documento acima é uma tentativa de amenizar justamente o problema da conquista de aprendizes para as companhias; para tanto, é comum na leitura dos relatórios nos depararmos com discursos que atribuíam a culpa aos Juízes de Órfãos, que não decretavam o envio dos desvalidos para o quartel da Marinha. Dessa forma, as Companhias da Parahyba e do Rio Grande do Norte não alcançariam o número estipulado de aprendizes pela Marinha do Brasil, dificultando um de seus principais interesses: ocupar os bancos das companhias para sustentar a Marinha de Guerra.

No que diz respeito ao quantitativo de aprendizes nas referidas Companhias, foi possível fazer o levantamento de matriculados na província da Parahyba e na província do Rio Grande do Norte no recorte temporal de 1872 a 1890 a partir dos *Relatórios da Marinha*. Vejamos os quadros:

Quadro 1 – Quantitativo de aprendizes na Companhia/Escola de Aprendizes Marinheiros da Parahyba no período entre 1872 e 1890

	Ano	Quantidade
01	1871/1872	20 aprendizes
02	1873	38 aprendizes
03	1874	42 aprendizes
04	1876	64 aprendizes
05	1877	103 aprendizes
06	1878	83 aprendizes
07	1879	40 aprendizes
08	1880/1881	64 aprendizes
09	1882	58 aprendizes
10	1883	62 aprendizes
11	1884	77 aprendizes
12	1885	91 aprendizes
13	1886	64 aprendizes
14	1888	70 aprendizes
15	1890	53 aprendizes

Fonte: Elaboração própria (2018).

Enquanto na Parahyba os dados apresentados datam de 1872, primeiro ano de funcionamento da Companhia, no Rio Grande do Norte encontramos os primeiros dados no ano seguinte.

Quadro 2 – Quantitativo de aprendizes na Companhia/Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte no período entre 1872 e 1890

	Ano	Quantidade
01	1872/1873	56 aprendizes
02	1874	81 aprendizes
03	1875	81 aprendizes
04	1876	74 aprendizes
05	1877	118 aprendizes
06	1878	96 aprendizes
07	1879	98 aprendizes
08	1880/1881	61 aprendizes
09	1882	62 aprendizes
10	1883	62 aprendizes
11	1884	33 aprendizes
12	1885	91 aprendizes
13	1886	64 aprendizes
14	1887	52 aprendizes
15	1888	70 aprendizes
16	1890	53 aprendizes

Fonte: Elaboração própria (2018).

Os dados dos primeiros anos de funcionamento das Companhias nas duas províncias indicam dificuldades no sentido de arregimentar aprendizes e atingir o número

mínimo pretendido, que era o de 100 matrículas. Se destacarmos, a título de comparação, apenas os primeiros anos de funcionamento das companhias, verificamos que na Parahyba (1871/1872) haviam sido matriculados 20 aprendizes e no Rio Grande do Norte (1872/1873) 56 aprendizes. A Parahyba levou quatro anos para atingir esse número mínimo de aprendizes matriculados já no primeiro ano de funcionamento no Rio Grande do Norte. Os dados apresentados pelo *Relatório da Marinha* mostram ainda que há uma variação de número de aprendizes em ambas as Companhias, porém sempre mantendo números muito próximos. Apenas no ano de 1877, ambas as instituições conseguiram ultrapassar o número mínimo estipulado de aprendizes para cada Companhia.

A explicação foi oferecida pela Marinha do Brasil: “Foram recebidos nas companhias do Rio Grande do Norte, Parahyba e Piauí menores retirantes do Ceará, o que explica o excesso no quadro dessas companhias” (BRASIL, 1877, p. 20). Assim, tal excesso de aprendizes deu-se devido à forte seca ocorrida na província do Ceará, incidindo diretamente sobre os investimentos direcionados à Marinha, obrigando o envio dos aprendizes para as companhias dos estados vizinhos. Consoante Laelson Vicente Francisco (2018, p. 30), a “[...] seca iniciada em 1877 não atingiu apenas a província do Ceará, mas também Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, fazendo com que a prática de deslocamento dos aquartelados fosse bastante comum não apenas pela seca”, mas por diversas outras razões, a exemplo dos problemas com recursos financeiros para manter as companhias em funcionamento. Esse tipo de informação fazia-se presente em publicações na imprensa local ou mesmo nos documentos oficiais – a transferência de aprendizes para as unidades de outras províncias.

A distorção de números em relação à quantidade de aprendizes variou entre um ano e outro, como pode ser observado nos quadros acima. Porém, vale ressaltar que, durante o período de 1884 a 1890, o *Relatório de presidente de província do Rio Grande do Norte* não apresentou dados quantitativos sobre os discentes, visto que então os alunos haviam sido transferidos para a Companhia da Parahyba, fazendo com que essa preocupação não mais constasse nos relatórios da província do Rio Grande do Norte até o retorno dos aprendizes em 1890. Percebemos ainda que, nesse mesmo espaço de tempo, o número apresentado de aquartelados da Parahyba e do Rio Grande do Norte

parece estar fundido, fazendo com que não seja possível afirmar quantos pertenciam a cada província/estado⁴.

Os números apresentados já levavam em consideração as baixas que haviam sofrido ao longo dos anos. Essas baixas se davam por diversos motivos, que iam desde o envio dos aprendizes à Corte até os casos de aprendizes que haviam desertado e/ou falecido. Nesse sentido, o maior número de baixas dava-se pelo envio dos jovens para a sede da Marinha na Corte, seguido pelas fugas e por mortes. Esses dados não puderam ser mais precisos nos anos posteriores pelo fato de os mesmos não terem sido publicados, com exceção do ano de 1883, em que “[...] a Companhia [do Rio Grande do Norte] contava com um número de setenta e seis aprendizes” (RPP, 1883, p. 19).

No primeiro ano de funcionamento das Companhias de Aprendizes Marinheiros na Parahyba e no Rio Grande do Norte, o *Relatório da Marinha* apresentou dados mais específicos sobre o atual estado dessas instituições no que diz respeito ao quadro funcional. Foi apresentado naquele momento, além das informações relativas à quantidade de aprendizes, o número de funcionários, o chamado *quadro das necessidades* das respectivas unidades em termos de contingente e o que se consideravam como excedentes. Observemos o quadro abaixo:

Quadro 3 – Mapa do estado atual das Companhias de Aprendizes Marinheiros

(continua)

Companhia de Aprendizes Marinheiros da Parahyba Decreto n. 4.680, de 17 de janeiro de 1871				
Classes e Graduações	Effectivos	Faltam	Excedem	Completo
Comandante	0			0
Tenente	0			0
Capelão	1			1
Cirurgião	1		1	1
Enfermeiro	1		1	1
Oficial	1			1
Fiel	0	1		1
Mestre	1			1
Guardião	1			1
Mestre de armas	1			1
Cozinheiro	1			1
Marinheiro de classes	4	1		5
Aprendiz	58	32		90

⁴ Utilizamos aqui o termo “província/estado” porque corresponde ao período do final do império brasileiro e início do período republicano.

Quadro 3 – Mapa do estado atual das Companhias de Aprendizes Marinheiros
(conclusão)

COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIRO DO RIO GRANDE NO NORTE DECRETO N. 5.181 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1872				
Classes e Graduações	Efectivos	Faltam	Excedem	Completo
Comandante	0			0
Tenente	0			0
Capelão	0	1		1
Cirurgião	1		1	1
Enfermeiro	1			1
Oficial	1			1
Fiel	1			1
Mestre	1			1
Guardião	1			1
Mestre de armas	1			1
Cozinheiro	1			1
Marinheiro de classes	4	1		3
Aprendiz	51	29		80

Fonte: Elaboração própria (2018).

Percebam que os dados apresentados no quadro acima são semelhantes. Os profissionais que compunham o *quadro de necessidades* das companhias eram os mesmos: capelão, cirurgião, enfermeiro, oficial, fiel, mestre, guardião, mestre de armas, cozinheiro e marinheiro de classes. Esses eram responsáveis de alguma forma pela disciplinarização e formação dos aprendizes.

Vale ressaltar certa incongruência entre os dados/informações apresentados no texto do *Relatório da Marinha do Brasil*, de onde foram extraídos os dados para a elaboração dos quadros anteriormente apresentados. Vejamos: para o caso da Companhia da Parahyba, nos anos de 1871 e 1872, o relatório informava o número efetivo de 20 aprendizes e, nos dados que o mesmo relatório oferece sobre os contingentes, verificamos o número de 58 aprendizes. No caso da Companhia do Rio Grande do Norte, o referido relatório afirmou existir 56 aprendizes, enquanto o mapa do atual estado da Companhia, 51 aprendizes. Outra questão que nos chamou a atenção diz respeito aos dados chamados de “completo”, ou seja, o número necessário para atingir aquilo que a companhia almejava. A soma apresentada levava em consideração o número de efetivos e a quantidade que faltava, revelando que ambas as Companhias estavam bem abaixo do número estabelecido nacionalmente para as instituições de menor porte.

Embora haja uma divisão de funções, não fica clara aquela dedicada ao “mestre”. Assim, acreditamos que *mestre d’armas* era o responsável pelas instruções

militares e serviço de bordo, já o *mestre* deveria ser aquele responsável por ensinar as primeiras letras. De acordo com Wagner Santos (2016, p. 140), ainda que houvesse uma maior preocupação em relação às alternativas de recrutamento como medidas para acabar com o elemento sedicioso nos navios, os mestres se dedicavam a dar início à instrução primária para os aprendizes.

No que diz respeito ao papel desempenhado pelo cirurgião, sua primeira tarefa era a de inspecionar, conforme já disseram Solyane Lima (2013) e Wagner Santos (2016), haja vista o fato de que era exigido nas companhias um corpo saudável. Esse padrão deveria acompanhar os menores até assentarem praça no Corpo de Imperiais Marinheiros, por meio de inspeções de saúde. Por exemplo, ao ingressarem na Companhia de Aprendizes, os meninos se deparavam com a exigência de possuir um corpo com suficiente desenvolvimento físico para os exercícios do aprendizado, e o cirurgião da Companhia era o responsável por essa tarefa de inspecioná-los. Essa tarefa era dividida com o enfermeiro, responsável por cuidar dos enfermos, dar-lhes medicamentos, limpar suas feridas, cuidar dos corpos dos aprendizes seguindo as orientações do cirurgião.

Além desses, outros efetivos se dividiam entre a tarefa de controlar a rotina e disciplinar os corpos dos aprendizes nas companhias. Era o caso do oficial, do fiel, do guardião e do marinheiro de classes, todos vinculados a uma patente galgada na marinhagem. Por fim, outro aspecto nos chamou a atenção no quadro supracitado: o número dos que “excedem”. O leitor perceberá que as companhias possuíam um cirurgião e um enfermeiro e já se considerava como excedente a presença de um número maior do que esse, o que aos nossos olhos pode parecer insuficiente para o número de aprendizes. Uma hipótese possível de leitura dessas informações pode se relacionar com o fato de as duas Companhias estarem com a quantidade de aprendizes abaixo do número mínimo estabelecido.

Esses profissionais elencados anteriormente dedicavam seu tempo a controlar os horários e a rotina dos aprendizes. Wagner Santos (2016) apresentou em seu texto aspectos dessa rotina na Companhia de Aprendizes do Pará no mesmo recorte temporal que estamos tratando para as províncias da Parahyba e do Rio Grande do Norte. Vejamos a descrição:

[...] a rotina começava cedo, às 5 horas da manhã em ponto; a alvorada anunciava mais um longo dia de atividades na Companhia, e todos os aprendizes deveriam estar de pé prontos para iniciar a faxina, que se prolongava até a mostra de uniformes. Durante a semana, a rotina se repetia: as atividades de recolher, do silêncio e das refeições eram cumpridas regularmente todos os dias, respeitando-se rigorosamente os horários, que eram completamente diferentes do que se verifica hoje. Às 8 horas era servido o almoço – a primeira refeição do dia –, às 12 horas era servido o jantar e às 17 era servida a ceia, a última refeição. As demais atividades eram alternadas de acordo com o horário e o dia da semana. Uma forte hierarquização do tempo, a imposição dessas atividades tinha como objetivo a manutenção de uma ideia de organização e disciplina no ambiente da Companhia. A vida do menino, desde o momento em que pisava pela primeira vez na instituição, era marcada por essa rotina. (SANTOS, 2016, p. 189).

Embora o autor faça referência à rotina da Companhia do Pará, acreditamos ser semelhante à das demais companhias, visto que o modelo educativo era o mesmo, alternando algumas especificidades a depender do lugar. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelos aprendizes em seu cotidiano, estavam a faxina, a baldeação da limpeza, a lavagem de roupas, a higiene pessoal e o cuidado com o uniforme, bem como a realização das refeições, a frequência às missas, o cumprimento do horário da instrução escolar, a limpeza dos armários individuais, a realização dos exercícios náuticos e de artilharia, o bordejo, a natação, a faxina nos quartos e camas, a ladainha de Nossa Senhora, o recolhimento, o silêncio e o repouso.

As Companhias de Aprendizes da Parahyba e do Rio Grande do Norte, após sua primeira década de funcionamento, enfrentavam problemas de ordem financeira, bem como para conquistar aprendizes para seu interior. Ambas em seus primeiros anos funcionaram em prédios alugados ou emprestados. A Companhia localizada na cidade do Natal até 1883 funcionou num edifício “[...] que antes era um pardieiro”, pois “[...] mal acomodava a Companhia de Aprendizes” (RPP, 1883, p. 35). Porém, nesse mesmo ano, foi publicada no *Relatório de Presidente de Província do Rio Grande do Norte* a reforma do edifício que servia de sede própria da Companhia.

De acordo com Laelson Vicente Francisco (2018), a notícia apresentava a conclusão dos “[...] concertos do Próprio Nacional que serve de Quartel de Aprendizes Marinheiros, á rua da Cruz d'esta capital” (RPP, 1883, p. 36), a medir 54 metros de fachada de frente por cinco de altura; foi dividido em cinco corpos, sendo três salientes e curvados com outros frontões, sendo tatuado no centro o emblema das armas imperiais. O centro do prédio compreendia o alojamento, as enfermarias, a praça de armas, o

corpo de guarda e a cozinha. Nas laterais, dois paióis, os aposentos de inferiores e uma pequena capela para realizar a oração dos menores. Esses espaços foram dispostos de forma a montar duas áreas interiores para ventilação do edifício.

Enquanto no Rio Grande do Norte o prédio da Companhia de Aprendizes Marinheiros era próprio desde 1875, quando foi realizada a primeira reforma nos quartos dos aprendizes, conforme apontou o *Relatório de presidente de província* daquele ano na Parahyba; durante o Oitocentos, a Companhia não possuiu prédio próprio. Funcionou a princípio numa casa particular que servia de quartel, depois foi acolhida no Mosteiro São Francisco, onde ficou até ser transferida para um prédio alugado em Tambaú. O problema de não possuir sede própria esteve na ordem do debate apresentado no *Relatório da Marinha* em 1883: “[...] a exceção das companhias da Parahyba e de Sergipe, onde, apesar de todos os esforços, não tem sido possível obter prédios nas desejáveis condições, todas as companhias se acham regularmente alojadas”. Noutras palavras, até a referida data, apenas Parahyba e Sergipe não possuíam edifícios próprios. Mesmo assim, em 1885, ano da reorganização dessas instituições, a Companhia da Parahyba acolheu os aprendizes da companhia vizinha.

Anunciou o *Relatório de presidente de província do Rio Grande do Norte*: “[...] em Agosto reuniu-se á Escola da Parahyba, sob n. 5, a Companhia do Rio Grande do Norte”. Tratava-se da reorganização das companhias, reformulações ditas necessárias para melhor adequar a proposta da referida instituição. Das 18 companhias criadas entre 1840 e 1874, passaram a existir apenas 12, sendo a partir de 1885 batizadas por Escolas de Aprendizes Marinheiros. Vejamos o documento:

Dá nova organização ás companhias de aprendizes marinheiros. De conformidade com o disposto no § 2º do art. 5º da Lei n. 3229, de 3 de Setembro do corrente anno, hei por bem que sejam reorganizadas as companhias de aprendizes marinheiros, observando-se as disposições do Regulamento que com este baixa, assignado pelo Almirante Joaquim Raimundo de Lamare, do Meu Conselho e do de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Fevereiro de 1885, 64º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de sua Magestade o Imperador. Joaquim Raimundo de Lamare.

4 SOBRE AS ESCOLAS DE APRENDIZES MARINHEIROS

Estava decretada em 14 de fevereiro de 1885 a nova organização, ou “[...] reorganização das companhias de aprendizes marinheiros”. Dentre as principais mudanças, estavam as de que “[...] as companhias de aprendizes marinheiros passam a denominar-se ‘Escolas de aprendizes marinheiros’”, que “[...] as Escolas têm por fim educar e preparar marinheiros para os diversos serviços da Marinha Imperial” e que “[...] serão numeradas, compreendendo uma ou mais Províncias nas respectivas divisões e tendo aquartelamento em diversas cidades”, ficando assim organizadas:

Quadro 4 – Nova organização das Escolas de Aprendizes Marinheiros

Escola	Província	Aquartelamento
01	Amazonas e Pará	Belém
02	Maranhão	São Luiz
03	Piauí	Therezina
04	Ceará	Fortaleza
05	Parahyba e Rio Grande do Norte	Parahyba
06	Pernambuco e Alagoas	Recife
07	Bahia, Sergipe e Espírito Santo	Bahia
08	Município Neutro, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo	Côrte
09	Paraná	Paranaguá
10	Santa Catarina	Desterro
11	Rio Grande do Sul	Rio Grande
12	Goyaz e Mato Grosso	Ladário

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados apresentados no *Relatório da Marinha do Brasil* de 1885.

Dessa forma, foi fechada pela primeira vez a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte, o que fez com que seus aprendizes fossem transferidos para a Escola de Aprendizes Marinheiros n. 5. Sendo assim, ficou decretado que o número ideal de aprendizes nessa escola seria de 100 alunos, todos sob a condição de serem brasileiros, “ter de idade 13 a 16 anos”; “não ter defeitos físicos que inhabilitem para o serviço da Armada”; “vaccinar-se ou revaccinar-se na Escola antes de ser matriculado”; “ser apresentado por seu pai ou tutor, ou por sua mãe quando filho ilegítimo” para serem admitidos. O *Relatório da Marinha* ainda informou que as escolas “[...] admitirão aprendizes das seguintes procedências: contratados a prêmio, nas condições do § 5º do artigo antecedente; Orphãos desvalidos ou ingenuos remetidos pelas autoridades competentes” e que “[...] nenhum aprendiz poderá ser desligado da Escola senão por incapacidade física ou mental, provada por inspecção de saúde e de ordem do Ministro da Marinha” (BRASIL, 1885).

A reestruturação do currículo das escolas de aprendizes marinheiros foi dividida em Elementar e Profissional. O Ensino Elementar contemplava “leitura de manuscritos e impressos”, “calligraphia”, “rudimentos da grammatica portuguesa”, “doutrina christã”, “principios de desenho linear e confecção de mappas regimentaes”, “noções elementares de geographia physica, principalmente no que diz respeito ao litoral do Brazil” e “pratica sobre operações de numeros inteiros, fracções ordinarias e decimaes; conhecimento pratico e applicação do systema métrico”.

Já o Ensino Profissional compreendia o “apparelho e nomenclatura completa de todas as peças de architectura do navio”, a “nomenclatura das armas de fogo em geral”, a “nomenclatura e uso dos reparos de artilharia”, os “exercicios de infantaria, começando pela escola do soldado até a do pelotão”, os “exercicios de bordejar e remar em escaleres” e a “construcção graphica da roza dos ventos, conhecimento dos rumos da agulha, pratica de sondagem”.

Por fim, vale ressaltar que a formação também deveria acontecer no novo formato nos chamados “navios-escola”, pois as Escolas de Aprendizes Marinheiros eram estabelecidas “[...] em terra, á beira mar, em lugar saudavel. Terá, porém, cada uma, impreterivelmente, á sua disposição um navio armado e aparelhado convenientemente para se adestrarem os aprendizes, a bordo, nos diversos exercicios da profissão” (BRASIL, 1885). Cada navio deveria ser gerido por um comandante, tendo oficiais a bordo responsáveis por “[...] desenvolver a instrucção dos aprendizes” (BRASIL, 1885). Nos “navios-escola”, era observado “[...] o programma de ensino profissional seguido no quartel em terra” (BRASIL, 1885). Para que fosse assegurada maior confiança nas atividades práticas aprendidas em terra, os aprendizes ainda faziam uma viagem de instrução ao longo da costa de “[...] trinta a quarenta dias pelo menos. Além desta viagem, os referidos navios se empregarão em bordejos e exercicios á vela, dentro do porto ou nas proximidades, toda a vez que fôr possivel, tendo sempre em vista habituar os aprendizes á vida do mar” (BRASIL, 1885).

Percebemos, assim, que se acentuou para o currículo das Escolas de Aprendizes Marinheiros a preocupação com as primeiras letras, com a alfabetização dos aprendizes, com a formação religiosa cristã católica e com as noções de orientação e de matemática já dedicadas ao ensino profissional. Era necessário ensinar aquilo que serviria à vida de marinhagem: ler e escrever, orientar-se, calcular e rezar. Esses ensinamentos se

completavam com o Ensino Profissional, etapa em que deveriam aprender desde as técnicas de navegação até a construção de navios e defesa e manuseio de armas. Um modelo de Ensino Profissional que tinha uma duração de três anos, sendo, após sua formatura, enviados para compor o corpo de imperiais marinheiros, momento em que “[...] será[ão] submetido[s] a exame geral dos diversos estudos feitos nas Escolas e logo depois terá[ão] praça na classe que lhe pertencer, conforme o seu merecimento e com a precedência de que trata o art. 17” (BRASIL, 1885)⁵.

5 SOBRE AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção neste texto foi a de apresentar aos leitores uma aproximação com o universo educacional das *Companhias de Aprendizizes Marinheiros* nas províncias da Parahyba e do Rio Grande do Norte, especialmente escolhidas porque, em um determinado momento dessa história, elas foram fundidas em uma única instituição.

No início do ano de 1885, as Companhias de Aprendizizes Marinheiros foram extintas, sendo criadas as Escolas de Aprendizizes Marinheiros. Essas últimas merecem uma discussão mais aprofundada por parte dos pesquisadores e fazem parte de nossos horizontes de estudos e publicações futuras.

Por fim, podemos dizer que as mudanças que se fizeram presentes, referentes ao ensino, na implementação das Escolas de Aprendizizes Marinheiros, apresentaram-se de forma mais detalhada na organização do modelo de ensino responsável por formar o cidadão marinho. Um cidadão ordeiro, dócil, defensor da pátria. Um corpo disciplinado. Adestrado para obedecer. Responsável ainda por propagar os “benefícios” aprendidos no interior das Companhias/Escolas de Aprendizizes Marinheiros.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Marinha do Brasil. *Relatorio do Ministério da Marinha*. Relatorios apresentados á Assembléa Legislativa. Rio de Janeiro, de 1871 a 1890.

CASTRO, R. *A Escola de Aprendizizes Marinheiros de Parnaíba*. Teresina: UFPI, 2013.

⁵ Em caso de o aprendiz concluir o curso profissional antes de completar 18 anos, deveria ficar embarcado em um dos navios-escola até atingir aquela idade (BRASIL, 1885).

FARGE, A. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FRANCISCO, L. V. “Um passo para o homem, um salto para a Marinha”: a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte (1872-1890). 2018. 66 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Programa de Graduação em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

LIMA, S. S. A educação para crianças e jovens desamparados na Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe (1868-1885). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

PARAÍBA. *Livro de socorros da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Paraíba*. João Pessoa: Arquivo da Marinha do Brasil, 1871.

RPP – Relatório de Presidente de Província. *Relatório provincial*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1874-1890.

SANTOS, W. L. B. *A criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Azemar dos Santos Soares Júnior (Brasil, Rio Grande do Norte, Natal) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Pós-Doutor em História pela Universidade de Campina Grande (UFCG). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo, na área de Didática e Ensino de História, da UFRN, *campus* Natal, e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG).

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5548182860228173>>.

E-mail: <azemarsoares@hotmail.com>.

Cláudia Engler Cury (Brasil, Paraíba, João Pessoa) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora associada IV do Departamento de História da UFPB. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (Ghen), no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2093931424355800>>.

E-mail: <claudiaenglercury73@gmail.com>.

Recebido em 1º de novembro de 2018.

Aceito em 9 de janeiro de 2019.